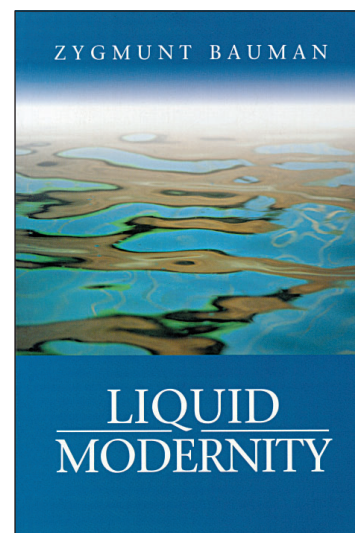


LIQUID MODERNITY

De **Zygmunt Bauman**

Cambridge : Polity Press, 2000. 228 p.

Por **Mário Aquino Alves**, Professor do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da FGV-EAESP.
E-mail: maalves@fgvsp.br



Quando estamos na escola, no início do aprendizado das ciências naturais, ensinam-nos que são três os estados da matéria: sólido, líquido e gasoso. Aprende-se que a distinção entre sólidos e líquidos deve-se ao grau de agregação de suas moléculas. Devido ao arranjo interno de suas moléculas – uma pequena distância entre si –, os sólidos permanecem estáveis, ou seja, conseguem manter a sua forma apesar do tempo. Já os líquidos apresentam maior distância entre suas moléculas, o que resulta na sua fluidez. Essa distância intermolecular deve ser suficiente para permitir a mudança permanente de posições entre as moléculas, o que faz com que o líquido não possua forma definida própria, mas, sim, a forma do sólido que o abarca.

Usando esse modelo da física como metáfora, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman analisa, em seu livro *Liquid modernity*, alguns dos pontos centrais para a compreensão do social nos dias de hoje. A obra traça uma distinção entre uma modernidade sólida e uma modernidade líquida. A modernidade sólida é representada pela certeza, pela forma de poder panóptico (Foucault), pela organização taylorista fabril, pela racionalidade instrumental, por empregos duradouros, por

uma concepção territorial de espaço, economia, identidade e política. A modernidade líquida é representada pela incerteza, pelas formas flexíveis de trabalho e organização, pela guerra de informações, pela desterritorialização da política e da economia (globalização) e, sobretudo, pelo processo de individualização. Para marcar as diferenças entre esses dois momentos, Bauman analisa cinco conceitos sociais básicos e suas transformações nesse processo de liquidificação: emancipação, individualidade, tempo/espaço, trabalho e comunidade.

A idéia de uma modernidade “liquidificando-se” pode parecer pouco original, já que, há 150 anos, Karl Marx e Friedrich Engels (*Manifesto do Partido Comunista*) já tratavam da força avassaladora da modernidade (capitalismo) capaz de “derreter tudo que é sólido”, ou seja, os obstáculos arcaicos sob a forma das velhas instituições inadequadas à nova ordem que se impunha. Para Bauman, a diferença de sua análise em relação aos primeiros é que, para os teóricos do materialismo histórico, a força da modernidade destinava-se não a destruir uma velha ordem sólida, mas a abrir espaço para “novos e melhores sólidos”, ou seja, uma nova ordem social e política que partia da eliminação da

opressão do homem pelo homem. Já no atual momento – o momento da “modernidade líquida” –, não há uma agenda política definida, um projeto acabado de sociedade. As forças de liquidificação do social não procuram constituir uma ordem social estável calcada em um projeto político.

Essa dissolução do social, porém, não é um processo unidirecional, mas, sim, oscilante entre “solidificação” e “liquidificação”. Tal oscilação não está relacionada com uma liberação da sociedade ou de seus indivíduos. Derretem-se “sólidos” (programas econômicos, modelos políticos, políticas sociais) para tentar moldá-los de outra maneira, ainda que efêmera.

Conquistar espaço em meio à fluidez dessa modernidade líquida passa por transpor ou mesmo destruir os obstáculos herdados pela estrutura sólida anterior. Esses obstáculos são os limites, quer seja no sentido físico ou simbólico: desde os territórios das nações, com suas demarcações fronteiriças, até as barreiras institucionais das estruturas políticas que são demasiadamente “estáticas”, produtos de ideologias rígidas que não se adaptam à nova realidade.

Na modernidade sólida, os indivíduos podiam estruturar suas vidas a partir de instituições que davam os limites e os caminhos para que vivessem suas vidas. Segundo Bauman, agora “derreter os sólidos” tem um novo significado: a liquidificação dos laços que conectam escolhas individuais a projetos e ações coletivas. Os padrões, os códigos e as regras de significação do social, ou seja, os pontos de orientação, não estão mais ao alcance direto dos indivíduos, mas se encontram sobre formas liquidificadas e adquiriram uma fluidez que os tornam intangíveis. Vive-se, portanto, um processo de individualização, pelo qual os indivíduos se tornam unicamente vinculados a si mesmos e ao tempo presente.

Bauman, radicado há 30 anos na Inglaterra e professor da Universidade de Leeds, segue um debate que se estabeleceu sobre a questão da modernidade, principalmente entre autores como Anthony Giddens, Scott Lash, Richard Sennett e Ulrich Beck. Deste último, aliás, Bauman utilizou as distinções de “primeira modernidade” e “segunda modernidade” (*Risk society: towards a new modernity*, Sage, 1992) para criar as distinções entre modernidade sólida e modernidade líquida. A modernidade líquida é equivalente ao período de segunda modernidade, descrito por Beck como um processo pelo qual “a modernidade se volta sobre si mesma”, gerando conseqüências como a crise ecológica, a individualização acelerada e a flexibilização das relações humanas, especialmente no mundo do trabalho – processo a que chamou de “brasilianização”.

Apesar da semelhança na análise do atual estágio da modernidade, *Liquid modernity* mostra não só a criatividade do autor no uso de uma metáfora clara e adequada para explicar o atual estágio da modernidade, mas também a diferença que Bauman apresenta em relação aos seus contemporâneos, especialmente Giddens e Beck. Há uma convergência na análise que fazem sobre os processos que desembocaram no atual estágio da modernidade. A divergência mostra-se na avaliação da liquidificação da modernidade e dos projetos políticos que devem ser construídos deste momento em diante. Enquanto Anthony Giddens prega uma reforma do Estado de forma a adaptá-lo às transformações que considera positivas (o polêmico projeto da Terceira Via) e Ulrich Beck vê na superação – pela flexibilização dos contratos – do trabalho remunerado uma forma de emancipação, Zygmunt Bauman mostra-se pessimista e desencantado com a modernidade líquida.

Para Bauman, a liquidificação imposta pelo atual estágio da modernidade criou uma separação da liberdade jurídico-institucional (*de jure*) que não se traduz em uma liberdade real (*de facto*). A modernidade liquidificada (e o processo de individualização nela embutido) possibilitou um tal desenvolvimento econômico que oferece diversas alternativas de escolha (consumo), mas que também gerou uma separação entre uma elite com grande capacidade de consumo e uma massa de não consumidores. Nas palavras do autor, o processo de individualização “separa seres humanos e promove uma competição sangrenta, ao invés de unificar uma condição humana capaz de gerar cooperação e solidariedade” (p. 90). Se o temor dos autores da Teoria Crítica (Adorno, Horkheimer e Marcuse) era que a modernidade criasse as condições para que uma esfera pública autoritária, calcada na racionalidade instrumental, sufocasse os indivíduos, a modernidade líquida criou as condições para a “colonização” da esfera pública pela esfera privada que acabou por anular as duas.

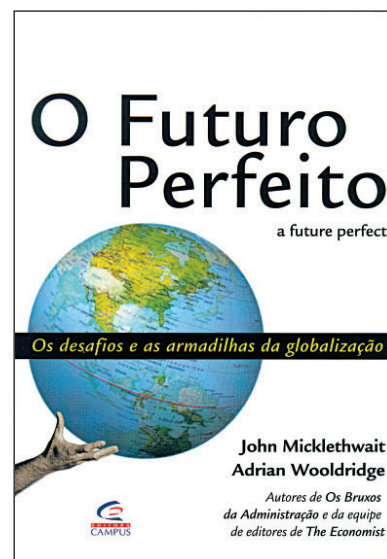
O projeto emancipatório de uma nova Teoria Crítica demanda, na visão de Bauman, uma defesa da esfera pública contra o processo de colonização pela esfera privada, não em nome de um projeto coletivo, mas, sim, para garantir uma efetiva liberdade individual.

Liquid modernity é a extensão do pensamento de Zygmunt Bauman que vem sendo desenvolvido em livros como *Globalization: the human consequences* (Polity Press, 1998) e *In search of politics* (Polity Press, 1999). Trata-se de uma obra cuja leitura é importante para aqueles que procuram compreender as forças que estão tornando a nossa existência mais flexível, mas, simultaneamente, insegura e incerta. ○

O FUTURO PERFEITO

De **John Micklethwait** e **Adrian Wooldridge**
Rio de Janeiro : Campus, 2001. 419 p.

Por **Marcos Fernandes**, Professor do Departamento
de Planejamento e Análise Econômica Aplicados
à Administração da FGV-EAESP.
E-mail: mdasilva@fgvsp.br



A final de contas, o que é globalização? Será que alguém tem realmente uma definição clara, razoável e inteligível do termo? Os alegados adversários, na academia e nas ruas, de Gênova até São Paulo, aparentemente demonizam algo que oscila entre a pura metafísica rococó típica dos raciocínios obscurantistas à esquerda e à direita e o mero atirar pedras sabe-se lá contra o quê ou quem. Uma coisa é certa, pelo menos do lado dos supostos adversários da globalização (repito, seja lá o que isso significa), há uma aversão generalizada aos hambúrgueres da rede McDonald's.

Razão. É isso que aparentemente falta para o debate fugir um pouco das páginas policiais dos cadernos internacionais dos jornais.

The pursuit of reason: este é o título do livro sobre a história da centenária revista britânica *The Economist*. E a busca da razão é o fito central do livro sobre a globalização *O futuro perfeito*, de John Micklethwait e Adrian Wooldridge, editores de *The Economist*.

Costuma-se dizer que os liberais – e *The Economist* orgulha-se dessa adjetivação – são guiados pelo ceticismo racional e pelo pragmatismo. O livro em questão aborda o problema da globalização dentro dessa perspectiva.

Raros são os trabalhos sobre esse tema que conseguem ser lúcidos e ao mesmo tempo genuinamente provocativos. Concorde-se ou não com os autores do livro e seus argumentos, isso não importa, o debate sobre os pontos apresentados em defesa da globalização merece, no mínimo, ser rebatido à altura.

Sim! O trabalho de Micklethwait e Wooldridge é uma

defesa da globalização. Esse livro surge num momento em que a ausência de razão crítica e de pragmatismo, no que se refere ao ataque e a algumas defesas da globalização, parece imperar.

Os acontecimentos no ano passado em Gênova revelam-nos que, no mínimo, sejamos a favor ou contra a globalização, devemos debater esse tema com mais cautela ou, precisamente, com a busca da razão, não da escuridão dos dogmas, do maniqueísmo fácil e da demonização dos fatos.

Afinal, o que é globalização? Essa questão é sabiamente discutida pelos autores logo no início do livro; sabiamente, digo, pois, aparentemente, ninguém sabe o que vem a ser isso e, ao mesmo tempo, todo o mundo só fala em globalização, seus custos e benefícios, suas consequências para o crescimento e desenvolvimento globais, sobre o meio ambiente e por aí vai.

Analisando friamente os fatos, é difícil definir globalização como a intensificação dos fluxos de comércio e de capital. Sabemos que tal processo, se definido como expansão mundial do comércio, realmente se intensifica a partir do século XVI. Os trabalhos de Fernand Braudel mostram, com clareza e erudição ímpares, a magnitude e profundidade das mudanças econômicas, sociais e políticas engendradas por esse processo que é, diga-se de passagem, secular. No entanto, sabemos que os analistas e o público, quando se referem à globalização, estão a considerar o processo de liberalização – relativa – do comércio e dos fluxos de capitais ocorrido principalmente a partir dos anos 90 do século passado.

A bem da verdade, há um aumento do comércio e uma queda relativa das barreiras comerciais, assim como uma migração de capitais para países emergentes, característica peculiar da era Clinton. Todavia, a globalização, aparentemente, afeta mais intensivamente a vida dos países hoje já considerados ricos e de renda *per capita* alta. Por mais que tenha migrado o capital para países emergentes, mote, aliás, inventado durante esse período de alegada globalização sabe-se lá do que e para quem, os fluxos ainda são irrisórios se comparados com aqueles que ocorrem entre as economias mais ricas do mundo.

Por essa e outras razões, fica realmente difícil definir globalização. Talvez a melhor forma de dar um sentido razoável a tal conceito seja – para o agrado daqueles que defendem e atacam a globalização – defini-la como a expansão do capitalismo, do mercado e de suas relações em nível mundial.

É essa visão de globalização a adotada, corretamente no meu entender, pelos autores. Neste sentido, as grandes questões, os prós e contras, afloram com maior clareza. Na verdade, do ponto de vista do livro, a globalização vista dessa forma pode trazer benefícios para as economias do mundo – exceção talvez ao velho drama africano – devido à expansão do capitalismo e da prosperidade.

Com a definição de globalização, torna-se realmente mais fácil o entendimento do debate em torno dela. A esquerda, em maior ou menor grau, tende a ver negativamente a globalização, pois ela traduz-se, em última instância, como a expansão do capitalismo capitaneado pela única potência realmente hegemônica hoje, a qual dispensa apresentação.

A questão que se coloca é se realmente isso representa um problema. O livro defende a globalização, uma vez que ela permite que o sonho de um mundo sem fronteiras seja realmente factível, e isso somente seria possível imaginando-se algo como um mundo federativo. Esquecem-se, porém, os autores que tal utopia somente se realizará, de verdade, com o livre fluxo de bens, capitais e pessoas, algo que, infelizmente, ainda esbarra em barreiras políticas, ideológicas e valorativas. Sem isso, de fato, a globalização pode transformar-se somente na expansão do capitalismo em um só país, para usar a analogia do debate da velha *Internacional*. Aliás, os autores são coerentes com esse ponto de vista ao analisarem a teimosa resistência dos estados nacionais.

Uma grande virtude do livro é desmitificar o debate com dados e fatos, algo também raro quando o tema é globalização. Característica marcante daqueles guiados pela razão crítica e pragmatismo, não se aceita, nesse livro, possibilidade de se fazerem afirmações sobre o intangível ou sobre as lógicas metafísicas e conspiratórias reificantes do Capital (sempre com *C* maiúsculo!).

Um tema que não é abordado no livro, dada sua própria proposta, mas que suscita debates e inquietações, é o impacto multidimensional da globalização, isto é, sua importância não somente econômica, mas cultural (multicultural?), subjetiva. Adicionalmente, deveria haver maior discussão sobre os limites do mercado, principalmente no que se refere ao problema da democracia. A expansão do consumo, a inclusão – se vier a ocorrer – de grandes contingentes de consumidores, garante apenas a possibilidade de existência de escolhas privadas, mas não públicas. As escolhas dos consumidores são privadas; a liberdade de escolha de produtos também é privada. No entanto, a liberdade no sentido mais amplo do termo constitui-se numa escolha pública calcada na democracia, pelo menos do ponto de vista normativo.

A democracia não se confunde com a liberdade de escolha para se consumir hambúrgueres; ela está muito, muito, além disso. Note: somente 25% dos eleitores estadunidenses elegem um presidente; ao que tudo indica, aparentemente, passa a ser um valor somente o *business*, deixando-se de lado, naquele país, aspectos relevantes relacionados ao espaço público e à escolha pública. Será que o modelo global será também o do puro consumismo, em que se confunde democracia com hambúrgueres de diferentes qualidades disponíveis para o consumo?

Há uma anulação, perigosa no meu entender, do espaço público em detrimento somente das escolhas privadas, como se a cidadania se resumisse à possibilidade de se consumir. Este é um dos grandes perigos – esse sim – da globalização entendida somente como a expansão dos “EUA Corporation”.

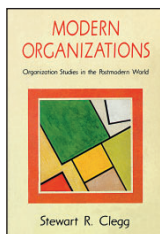
Outro ponto importante, mas mais controverso no meu entender, é o impacto da cultura *pop* norte-americana sobre a diversidade cultural do mundo. No entanto, o risco de se adotarem posições reacionárias é muito grande quando se aborda esse tema. Não é razoável supor que ficaremos isolados da influência cultural dos EUA. Nem os descendentes de Vercingetorix (e de Asterix e Obelix) conseguiram escapar da hegemonia da cultura romana. Tampouco a cultura romana escapou ileso da influência de seus dominados. O ponto é: qual será a capacidade de assimilação, mantendo-se a diversidade, por parte da cultura *pop* estadunidense, dos mais diversos “olhares” e percepções subjetivas que constituem as mais diferenciadas visões de mundo.

De uma forma ou de outra, seja você a favor ou contra, ou que não tenha nenhuma opinião a respeito, estejam os autores corretos na utopia, sejam eles talvez ingênuos nas conseqüências dela, não importa, o fato é que *Um futuro perfeito* instiga-nos a reflexões de qualidade sobre um fenômeno que pouco dominamos e realmente compreendemos. ○

ESTRUTURA E DESIGN ORGANIZACIONAL

Os estudos e debates envolvendo as questões sobre estrutura e *design* organizacional vêm desenvolvendo-se a partir de duas perspectivas distintas: a primeira, própria do projeto modernista de organização, procura discutir as novas alternativas de estrutura e *design* organizacional diante de um ambiente altamente turbulento e competitivo; a segunda, relacionada à proposta pós-modernista ou da teoria crítica, trata do tema como a manifestação de

diferentes formas de se entender as organizações. Dentro dessa abordagem, as novas formas organizacionais representam a operacionalização de modos de racionalidade diferentes daquele descrito por Weber como típico do modelo burocrático. Esta seleção, realizada pela professora Eloise Livramento Dellagnelo, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta alguns trabalhos relevantes produzidos no âmbito acadêmico.



MODERN ORGANIZATIONS: organization studies in the postmodern world

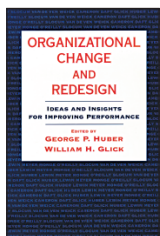
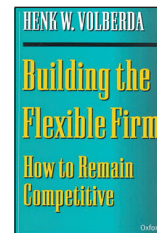
Stewart R. Clegg. London : Sage, 1990. 261 p.

Esse livro é um marco significativo nas discussões sobre pós-modernismo em termos de evidências empíricas. Clegg deixa clara a conexão entre modos de racionalidade e diferentes dimensões organizacionais e procura definir um quadro de análise comparativo entre organizações modernas e pós-modernas. Cabe destacar a ênfase dada pelo autor para a idéia da racionalidade ou uma perspectiva mais cultural na análise organizacional, sem dúvida, uma contribuição fundamental em toda a discussão abrangendo o tema.

BUILDING THE FLEXIBLE FIRM: how to remain competitive

Henk W. Volberda. New York : Oxford University Press, 1998. 349 p.

Esse trabalho tem grande valor pela capacidade de síntese das diferentes dimensões que envolvem os novos *designs* organizacionais. Cabe observar que, apesar de o autor advogar que a abordagem apresentada seja típica de organizações pós-modernistas e, por consequência, própria de uma racionalidade substantiva, o desdobramento de seu trabalho deixa dúvidas a respeito. De fato, o tratamento dado à flexibilidade, do ponto de vista da tecnologia, estrutura e cultura, evidencia a possibilidade da concretização de burocracias flexíveis, e não necessariamente modelos alicerçados em uma racionalidade não instrumental.



ORGANIZATIONAL CHANGE AND REDESIGN:

ideas and insights for improving performance

George P. Huber e William H. Glick (Coords.). New York : Oxford University Press, 1995. 450 p.

Nessa obra, são reunidos trabalhos de diferentes pesquisadores. Huber e Glick procuram retomar o tema da estrutura e *design* organizacional como importante foco de mudança estratégica nas organizações, buscando desenvolver uma contribuição para acadêmicos e executivos. No epílogo do capítulo 12, Arie Lewin e Carroll Stephens apresentam uma boa síntese sobre desenvolvimentos relevantes relacionados ao *design* das organizações contemporâneas.

ORGANIZANDO PARA COMPETIR NO FUTURO:

estratégia para gerenciar o futuro das organizações

Jay R. Galbraith, Edward E. Lawler III e Associados. São Paulo : Makron Books, 1995. 287 p.

Esse livro é uma coletânea de uma série de trabalhos fundamentados em pesquisas realizadas pelo Center of Effective Organizations, da Universidade do Sul da Califórnia. A obra trata de temas específicos como trabalho em equipe, *empowerment*, liderança, relação entre estrutura e estratégia, unidade de negócios, etc. Não apresenta o tom prescritivo dominante em literatura semelhante.



CRIANDO ORGANIZAÇÕES EFICAZES: estruturas em cinco configurações

Henry Mintzberg. São Paulo : Atlas, 1995. 304 p.

Esse trabalho aborda, de forma clara e objetiva, questões básicas da estruturação das organizações e questões importantes para a compreensão das mudanças que o *design* organizacional vem assumindo nos últimos tempos. De maneira competente, Mintzberg trata da relevância da relação do *design* com a eficácia organizacional. O papel da coordenação dos sistemas organizacionais é enfatizado e, dependendo de sua caracterização, diferentes configurações são estabelecidas.